



Reacção do Volt Portugal à proposta de Orçamento de Estado 2022

O Orçamento do Estado (OE) de 2022 é apresentado num contexto de início de recuperação económica pós-pandemia, com uma estimativa de crescimento real de 4.8% em 2021 e de uma aceleração para 5.5% em 2022, recuperando boa parte da queda do Produto causada pela crise pandémica.

Antes de se referir ao Orçamento em si, o Volt, como partido pan-europeu, não pode deixar de sublinhar a importância do **Plano de Recuperação e Resiliência** como complemento deste Orçamento de Estado e de apontar este como mais um exemplo claro dos benefícios da integração europeia. O PRR, com um valor total de 16,6 mil milhões de euros, tem um papel crítico em dar resposta às necessidades nacionais sem comprometer decisivamente a sustentabilidade das contas públicas, mostrando uma vez mais a importância da integração Europeia.

O Volt reconhece a dificuldade de elaborar um Orçamento de Estado num contexto em que, no rescaldo da crise económica criada pela pandemia, ainda tantos setores e famílias necessitam de apoio, ao mesmo tempo que urge voltar a colocar a dívida pública numa trajetória descendente. Será de realçar que este OE reflecte, uma vez mais, a falta de soluções estruturais e estratégicas para o país, ficando-se, na sua generalidade, por soluções imediatistas e pouco ambiciosas.

Notamos que o **défice estimado é de 3,2% para 2022**, aproveitando a suspensão dos limites europeus devido ao contexto da crise pandémica. Porém, a UTAO já veio alertar para os riscos na execução do Orçamento, nomeadamente este ser feito com as projeções mais otimistas, o risco de reversão de política monetária e regresso de regras de disciplina orçamental em 2023 não estarem dentro dos quadros de risco, e a recente crise energética.

Em 20 anos (2000-2020) a Dívida Pública portuguesa passou de 54,2% do PIB para 135,2% do PIB. No ano de 2000 esta Dívida por cada português correspondia a 6.736 euros e em 2020 passou para 26.265 euros. O Volt considera que para bem das gerações atuais e futuras esta tendência não pode continuar. Por comparação, em termos europeus somos o 3ª país com maior Dívida Pública em % do PIB e que apenas em 4 países o valor supera os 100%.

O Volt considera que o controle da Dívida Pública é estratégico para o País e o seu crescimento pode ser dramático para as aspirações dos nossos jovens.

IMPOSTOS DIRETOS

A nível do IRS, o Volt considera que os **novos escalões do IRS** são uma medida marginal com impacto reduzido numa minoria de famílias, criados para criar a ilusão de um alívio fiscal e de maior progressividade.

Os exemplos apresentados aplicam-se a casos particulares que beneficiam de uma redução de impostos, não por via da redução do IRS, mas por via indirecta, seja através da medida IRS Jovem, aplicável apenas a quem conclui um nível de estudos igual ou superior a 4 - correspondente ao ensino secundário, após estágio profissional - ou por via da dedução do IRS a partir do 2º filho/a.

Para além dos impostos sobre os rendimentos, a redução da abrangência de isenção do IMI por consideração do rendimento bruto em vez do rendimento líquido, configurará para alguns um agravamento de facto dos impostos.

Adicionalmente, cremos que o englobamento obrigatório de mais valias de bens imobiliários detidos por menos de um ano será ineficaz em trazer o aumento do mercado imobiliário em linha com a inflação, não justificando o aumento da complexidade do sistema fiscal.

Do lado das empresas, o governo propõe introduzir o **Incentivo Fiscal à Recuperação**, um instrumento que servirá para apoiar até 25% o investimento das empresas no primeiro semestre de 2022. O Volt vê medidas extraordinárias deste tipo como ineficientes, obrigando a uma antecipação de decisões de investimento para beneficiar da medida, não sendo claro que isso leve a um aumento do investimento privado sustentado no tempo.

O **fim do Pagamento Especial por Conta** é visto como uma medida positiva, obtendo um largo consenso entre os vários parceiros sociais.

IMPOSTOS INDIRETOS

Discordamos da proposta de **"congelar" a taxa sobre o carbono** até março de 2022 como resposta às recentes subidas no preço dos combustíveis, uma vez que esta não é uma solução de longo prazo para o problema da subida do preço do petróleo, cria problemas com os objetivos climáticos e abre um precedente perigoso. Um plano de descarbonização sério não pode estar refém de flutuações dos preços de combustíveis fósseis, colocando em causa a sustentabilidade do paradigma que esta taxa foi desenhada para ultrapassar. No entanto, a aplicação desta medida, põe a nu a falta de visão estratégica recente no que toca a estabelecer alternativas de transportes em algumas zonas do país.

SALÁRIOS E PRESTAÇÕES SOCIAIS

O Volt concorda com a **subida de pensões e salários da função pública** em linha com a inflação de forma a manter o seu poder de compra real. Num contexto em que muitas famílias foram sujeitas a perdas substanciais de rendimentos, a prioridade deve ser garantir que estes sejam recuperados.

Porém, notamos que o índice de inflação não será o indicador que melhor representa a perda do poder de compra do consumidor final devido ao aumento do custo do sector imobiliário acima da inflação, e mais recentemente do significativo aumento dos combustíveis e outros bens.

O Volt Portugal considera ainda que o **aumento no Abono de Família** proposto não é suficiente para aliviar o problema de baixa natalidade, e esperamos que estas medidas sejam suportadas por futuras reformas na lei de licenças de parentalidade.

INVESTIMENTO PÚBLICO

De acordo com a proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2022, entregue esta segunda-feira na Assembleia da República, o Executivo prevê executar 469 milhões de euros no âmbito do **plano Ferrovia 2020**, que tem de ser executado até 2023. Já no que diz respeito à **expansão das redes de metropolitano**, o investimento deverá atingir os 408 milhões de euros. São 938 milhões de euros de investimento no setor de transportes públicos, especificamente na ferrovia. O Volt concorda com o papel central da requalificação da ferrovia nacional, sendo uma aposta que peca pela sua tardia.

TRANSIÇÃO DIGITAL

O OE 2022 afirma que a administração pública “deve assumir-se como impulsionadora da transição digital”. Este ponto destaca-se pela positiva pois converge com o objetivo do Volt de criar um “*estado inteligente*”. No entanto, um dos principais desafios desta transição prende-se à demografia portuguesa, e à falta de literacia tecnológica por parte das gerações mais idosas. Ao referir a transição digital no setor público, não é alocada qualquer verba a **programas que promovam a literacia digital** nas gerações mais velhas.

A verba de cerca de 15 milhões de euros que será atribuída para a **evolução de serviços públicos digitais** e ao robustecimento da infraestrutura tecnológica que os suporta, é pouco ambiciosa aos olhos do Volt, que seguindo a prática de “liderar pelo exemplo” considera que o estado deve ser o motor no que toca à digitalização de serviços e infraestruturas, sendo a verba atribuída insuficiente para o conseguir.

Destaca-se ainda no OE 2022 uma referência ao 5G, onde é indicado que “serão identificadas oportunidades de inovação com recurso a esta tecnologia”. Valerá lembrar que Portugal é um dos 2 únicos países da UE que ainda não tem **serviços 5G** disponíveis, a par com a Lituânia.

CULTURA

A área da cultura foi um dos sectores que sofreu mais com a pandemia, muitas salas fecharam e milhares de artistas e técnicos deste sector perderam instantaneamente os seus postos de trabalho.

No ano passado iniciou-se a discussão sobre o **estatuto profissional das artes** e houve a disponibilização de um pequeno **subsídio de sobrevivência**. O trabalho precário deste sector sempre foi uma realidade, que há muito anos luta para que a cultura consiga atingir pelo menos 1% do orçamento do estado. Neste orçamento, mesmo com um aumento de 70 milhões de euros, fica por volta dos 0,25% do total do OE.

Neste orçamento é de destacar a proposta de **fortalecimento das redes culturais** que poderá atrair mais públicos e disponibilizar uma maior variedade de produções ao longo do país. Esta proposta, tal como o decreto de lei sobre o estatuto do artista, pecam por tardias.

SAÚDE

A área da Saúde foi uma das que mais destaque tomou no último ano. Fruto da pandemia COVID 19 e da sobrecarga que esta trouxe para o SNS e os seus profissionais, foram expostas muitas das debilidades do sistema de saúde português. Assim, o OE2022, ainda que vise um reforço do investimento no SNS (reforço de 207,9 milhões nas despesas com o pessoal médico e **reforço de mais de 700 milhões na despesa total consolidada** na área da saúde), é ainda parco em medidas de reestruturação e reorganização bem como no que toca as condições para atrair e fixar profissionais de saúde no sistema público.

O OE2022 visa a **reintrodução do regime de trabalho de dedicação plena dos profissionais de saúde**, no entanto, não é ainda suficiente para suprir as necessidades mais urgentes de recursos humanos para garantir a prestação futura de cuidados de saúde de qualidade aos portugueses e a recuperação dos cuidados, como consulta, cirurgias e outros procedimentos/tratamentos médicos que ficaram em suspenso, fruto da pandemia.

O Volt Portugal lamenta que os cuidados de saúde e o SNS não tenham adquirido o papel de destaque que mereciam neste OE, fruto de todas as fragilidades que ficaram a descoberto nos momentos de maior sobrecarga do SNS ao longo dos últimos dois anos.

TRANSIÇÃO CLIMÁTICA

O Volt destaca a incoerência da proposta de OE de governo, que ao mesmo tempo que anuncia fazer da transição climática um dos pilares deste orçamento, revela falta de ambição e visão estratégica e até redução de investimento para acelerar a transição energética ainda que em perspectiva de um crescimento económico.

Por um lado o governo inclui no OE 2022 e no PRR investimentos na rede ferroviária e de transportes públicos (ainda que uma pequeníssima parte do PRR) e por outro reduz o orçamento para o **Programa de Apoio à Redução Tarifária** (PART) em 60 milhões de euros.

O Volt acredita que a mobilidade do futuro é uma mobilidade elétrica, suave e partilhada. O financiamento da transição climática deve assentar no **princípio de poluidor-pagador**, servindo a receita assim obtida para financiar os Incentivos e os Benefícios Fiscais inerentes e necessários, à transição energética que se impõe e que se exige de uma forma cada vez mais acelerada.

Desta forma, os **incentivos às viaturas híbridas plug-in** (35 M€ de benefícios fiscais inscritos no OE 2022) devem ser progressivamente transferidos e aplicados a mobilidade 100% elétrica já que só esta é de emissões zero e por isso compatível com a meta de neutralidade carbónica.

O Volt reconhece como importantes muitas das propostas para o OE 2022 feitas pela **sociedade civil**, em particular:

- 1) Aumento da dotação total para os Incentivos à aquisição de veículos ligeiros 100% elétricos;
- 2) Criação de um Incentivo ao abate de um veículo com motor de combustão interna, variável segundo a idade do mesmo;
- 3) Manutenção do Programa de Incentivos à Mobilidade Elétrica na Administração Pública;
- 4) Reforço da Rede Pública de Carregamento de Veículos Elétricos em todo o território nacional, com destaque para os carregadores rápidos e ultra rápidos;
- 5) Criação de um Incentivo para a Instalação de Carregadores de Veículos Elétricos a nível particular ou de condomínio, a exemplo de outros países europeus, com uma comparticipação de 50% do valor do equipamento com um limite máximo a estabelecer;
- 6) Obrigatoriedade de instalação de postos de carregamento de veículos elétricos em 50% da sua capacidade de parques de estacionamento públicos e privados;
- 7) Realização de concursos públicos para a instalação de postos de carregamento normal, nos parques de estacionamento junto das instituições públicas, escolas, hospitais e centros de saúde, mercados municipais, estádios e pavilhões desportivos;
- 9) Na inclusão obrigatória de carregadores com potência mínima de 50kW por cada 2 bombas de combustível, em novos licenciamentos, e definição de um quadro de transição para as áreas de serviço já em funcionamento.

A Estratégia Nacional para a Mobilidade Activa Ciclável (ENMAC) aprovada pelo governo em 2019 ambiciona que, até 2030, pelo menos uma em cada dez viagens nas cidades portuguesas deverá ser feita em bicicleta. Isto significa que será necessário haver **mais de meio milhão de ciclistas quotidianos** até ao final da década. O Volt apoia a iniciativa do governo em criar e aprovar a ENMAC mas exige que o governo a implemente de forma efectiva. O OE 2022 não reflete qualquer prioridade das metas da ENMAC e do investimento necessário para alcançá-las. No OE 2022 estão inscritos apenas 400 mil euros destinados para o terceiro ano da ENMAC 2020-2030, algo manifestamente insuficiente e inferior ao exemplo que vemos de outros países da UE.

DEFESA

No OE 2022 os gastos com a defesa continuam abaixo do acordado de 2% com os estados membros da NATO, com apenas 1,2% orçamentado para 2022. Não obstante a necessidade de alocar fundos para outros sectores, em resposta à situação pandémica, não será demais reforçar a necessidade de responder aos compromissos assumidos, sob pena de descredibilizar o país.

Os documentos apresentados em Comissão Defesa Nacional para os três ramos das Forças Armadas, das operações especiais à contrainformação e no âmbito do fortalecimento das capacidades conjuntas do Sistema de Forças Nacional, no prosseguimento da edificação e modernização dos sistemas de Comando, Controlo e Comunicações do Comando Conjunto de Operações Militares (CCOM), do Comando Operacional da Madeira e Açores, assim como o reforço dos meios das Informações, das operações especiais, da vigilância e do reconhecimento da contrainformação e da Ciberdefesa mostram a necessidade de considerar um reforço dos meios em resposta aos desafios que se colocam.

O que é o Volt?

O Volt é um partido pan-Europeu, presente em 30 países, reconhecido como partido em 16 deles e que conta com milhares de membros em todo o continente. É progressista e foi criado como movimento em março de 2017 como reação ao Brexit, aos populismos, aos extremismo e aos nacionalismos. É um partido pragmático, baseando as suas propostas na evidência científica e nas boas práticas.

Em Portugal surgiu em dezembro de 2017.

Qual é a nossa visão?

Queremos uma Europa verdadeiramente unida, democrática, solidária e inclusiva, que valorize os seus cidadãos. Uma Europa que lhes permita fazer parte da solução para os



desafios que enfrentam. Defendemos uma União Europeia com um presidente e governo eleitos, bem como uma mais consistente integração política, social e económica.

Quais são os nossos valores?

A dignidade humana, a igualdade de oportunidades, a liberdade, a sustentabilidade, a justiça e a solidariedade. Não somos de esquerda nem de direita, estamos focados em encontrar as melhores soluções para todos os cidadãos.

Para mais informação:

Rui Dias

ruidias@volteuropa.org

Tel. +351 917 382 212

www.voltportugal.org

www.facebook.com

www.instagram.com/voltportugal

www.twitter.com/voltportugal